

O QUE É QUE A BAIANA FAZ?
OS NOVOS PADRÕES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS ATIVIDADES
URBANAS DO ESTADO DA BAHIA*

Iracema Brandão Guimarães**

Nadya Araújo Castro**

A Bahia tem sido, nas três últimas décadas, cenário privilegiado para o estudo dos acelerados processos de transformação que em geral se deflagram em subespaços regionais atingidos por realinhamentos nos padrões de divisão inter-regional e internacional do trabalho. Estes realinhamentos foram particularmente agudos entre 1950 e 1980, quando emergiu um novo padrão de articulação da economia nacional, fundado em bases cada vez mais oligopolizadas. As profundas mudanças no peso relativo das diferentes atividades econômicas locais acabaram por alterar a organização das esferas da produção, da circulação e do consumo, afetando imediata e decididamente o chamado mundo do trabalho.

* Este artigo reúne alguns dos resultados do projeto "Mudanças na divisão social do trabalho e estrutura da emprego no Estado da Bahia - 1950/1980", que se desenvolveu no Centro de Recursos Humanos da UFBA entre 1983 e 1985 e de cuja equipe técnica fizeram parte as autoras. Participaram *ativamente* no processo de produção das informações aqui analisadas: Ângela Belas, Iara Souza, Miriam Rabelo e, especialmente Tânia Franco. Estes resultados dificilmente *teriam* sido logrados sem o apoio financeiro da FINEP, do CNPq, da UFBA e do SINE-Bahia. Uma primeira versão deste trabalho foi apresentado no "Colóquio Internacional sobre Estrutura do Emprego e Dinâmica Espacial da Força de Trabalho", realizado em Salvador (outubro de 1985] sob a coordenação do CRH/UFBA. Agradecemos os comentários ali enuncia dos por Paul Singer; agradecemos também a cuidadosa leitura posterior de João José Reis. Obviamente, cabe às autoras toda a responsabilidade pelas limitações e equívocos ainda persistentes.

** Professora do Departamento de Sociologia e Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia.

Com o crescimento da força de trabalho absorvida e a transformação da natureza das relações de trabalho, modificase, em consequência, a qualidade da mão-de-obra requerida pelos novos processos de trabalho, alterando-se, portanto, a natureza dos atributos que qualificam o trabalhador, tais como sexo, idade e escolaridade.

Nesse trabalho buscamos indicar algumas destas alterações, centrando a nossa atenção nas mudanças dos padrões da divisão sexual do trabalho entre as grandes esferas da atividade econômica. Para tanto, iniciamos por qualificar melhor as amplas transformações na participação relativa dos setores de atividade que afetam a absorção de força de trabalho em geral e por sexo no período compreendido entre 1950 e 1980. Verificamos que ao longo deste período reconfigura-se o padrão inicial da divisão sexual do trabalho entre as esferas de atividade econômica vigente em 1950. Diante disto buscamos, neste texto, determinar o caráter desta reconfiguração, indicando o que muda, como mudam no tempo e que novas questões se colocam para estudo a partir do reconhecimento destas mudanças.

A profundidade das transformações por que passa a economia baiana nas três últimas décadas parece estar sugerida nos números do Quadro 1; onde se indica a variação na participação relativa dos setores de atividade na formação do PIB baiano entre 1950 e 1980.

QUADRO 1

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES DE ATIVIDADE NO PRODUTO INTERNO BRUTO - BAHIA 1950/1980

(em valores relativos)

SETORES	ANOS	1950	1960	1970	1975	1980
Agropecuário		43 , 4	39,8	23 , 1	19,2	11,6
Indústria		8 , 7	12,1	13 , 9	18,5	36,3
Serviços		47 , 8	60,1	63 , 0	62,3	52,1
TOTAL		100	100	100	100	100

PONTE: Economia Bahiana - Diagnósticos e Linhas Estratégicas
Governo do Estado da Bahia

Dele se depreendem alguns traços particularmente claros. Em primeiro lugar, é notória a perda de importância da agropecuária na composição do produto baiano. Se, em 1950, esta atividade responsabilizava-se por quase metade do PIB, em 1980 sua contribuição se resume a menos de 12% - um terço do peso da atividade industrial. Em segundo lugar, é igualmente notável o crescimento da indústria que torna quatro vezes maior o seu peso na composição do PIB baiano. Por fim, os serviços, que já representavam uma substancial contribuição em 1950, ampliam-se ligeiramente ao final do período.

Este acelerado processo de transformação sugere a existência de uma clara tendência à Urbanização daquelas atividades econômicas consideradas mais dinâmicas na formação do PIB baiano. Se a formação do produto no Estado passa hoje, em 88% dos casos, por atividades que são eminentemente urbanas, como a indústria e os serviços, que dizer do impacto deste movimento sobre os padrões de ocupação da força

de trabalho urbana?

As transformações na composição do emprego e na divisão sexual do trabalho aparecem refletidas, primordialmente, a partir da informação proveniente dos Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 e 1980. Embora na literatura sobre a análise da estrutura do emprego, tenho sido consagrada a classificação nos conhecidos setores primário, secundário e terciário, optamos aqui por desagregar as informações censitárias e recompô-las no sentido de melhor caracterizar a natureza articulada e independente deste vasto mundo do trabalho, levando em conta as considera

ções críticas manifestadas por inúmeros autores que refletiram anteriormente sobre o tema (como SINGER e MADEIRA, 1975; SINGER, 1981; SINGER, s/d; OLIVEIRA e STERN, 1977; MERRICK e GRAHAM, 1981; FARIA, 1976; OLIVEIRA, s/d). Nesta perspectiva, procuramos conceber empiricamente três esferas básicas da atividade econômica da força de trabalho - a produção, a circulação e o consumo. Delimitamos a primeira delas, a produção, em seu sentido restrito de produção material, envolvendo os campos da *extração*, produção e transformação das matérias-primas. Ou seja, processos que envolvem a criação de mercadorias cujos valores de uso são materiais e perfeitamente separáveis do produtor direto e/ou do ato de sua criação. Deve conter também, além das atividades que extraem e transformam matérias-primas, aquelas que se caracterizam por tornar certos valores de uso pré-existentes - mas desgastados em sua forma material - novamente aptos para serem consumidos (atividades estas determinadas nos Censos como "reparação" e por elas classificadas como "serviços"). As esferas da circulação e do consumo compõem o que se convencionou denominar como o setor terciário da vida econômico-social. Esta abarca a produção daquelas mercadorias mais fluidas e/ou dificilmente destacáveis do trabalhador envolvido, ou do ato de sua geração; compreende, assim, as atividades laborais sob a forma dos chamados "serviços". Nesta perspectiva entendemos o setor terciário como uma categoria contenedora da parcela de força de trabalho que vivifica as esferas da circulação e consumo. A esfera da circulação envolve uma gama de atividades que complementam de maneira distinta a esfera da produção. Nela serão referidos os movimentos de 4 subesferas, a saber, a circulação do capital, que abrange as atividades de intermediação financeira, estritamente ligadas ao processo de capitalização da economia baiana; a *circulação mercantil*, que envolve a circulação de mercadorias originárias da esfera da produção, exclusive a circulação imobiliária, a *distribuição* (em sentido estrito) das mercadorias em geral e a comunicação (que permeia as esferas da produção, circulação e consumo) e *os serviços ao produtor*, denominação dada aos serviços auxiliares da produção em seu sentido mais amplo. Na esfera do consumo estão compreendidos dois níveis principais (ao modo de SINGER e MADEIRA, 1975): o consumo coletivo e o consumo individual. Através deles ficam abarcados, tanto os serviços predominantemente produzidos em forma apropriada ao consumo em larga escala, ao consumo coletivo, que se realiza de forma simultânea, quanto as atividades concernentes à reprodução da força de trabalho ao nível físico-biológico, mediante serviços produzidos em grande parte pelo trabalho familiar e domiciliar. Para uma detalhada fundamentação deste esforço de recategorização da informação censitária ver CASTRO e FRANCO, 1984 e CASTRO, GUIMARÃES et alli, 1986 (Vol. 3, Anexo II),

Uma primeira observação da distribuição da população economicamente ativa (PEA) entre as atividades de produção, circulação e consumo parece sugerir uma estranha imagem de permanência no peso destes grandes agregados. Assim o Quadro 2, à primeira vista, pode levar a crer que, ao longo dos trinta anos compreendidos entre 1950 e 1980, permaneceu a tendência ao emprego na produção contribuir com cerca de 40% da força de trabalho não-agrícola, enquanto que a circulação e o consumo repartiam, quase igualmente, os 60% restantes. Contudo, observando mais detidamente as informações, mesmo a este nível de generalidade, vemos que alguns realinhamentos já se manifestam e aparecem confirmados no Gráfico I.

QUADRO 2

MOVIMENTO DA PEA NÃO-AGRÍCOLA NAS ESFERAS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

BAHIA - 1950/1980

PERÍODOS ESFERAS	1950		1960		1970		1980		INCREMENTO		
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	50/60	60/70	70/80
PRODUÇÃO	185.453	46,1	235.516	43,1	337.925	41,4	562.890	40,2	23	43	67
CIRCULAÇÃO	111.593	27,6	158.912	29,1	221.515	27,0	404.298	28,9	42	39	82
CONSUMO	105.204	26,3	151.573	28,8	259.981	31,7	432.103	30,9	43	72	66
TOTAL	404.250	100	546.001	100	819.422	100	1.399.296	100	35	50	71

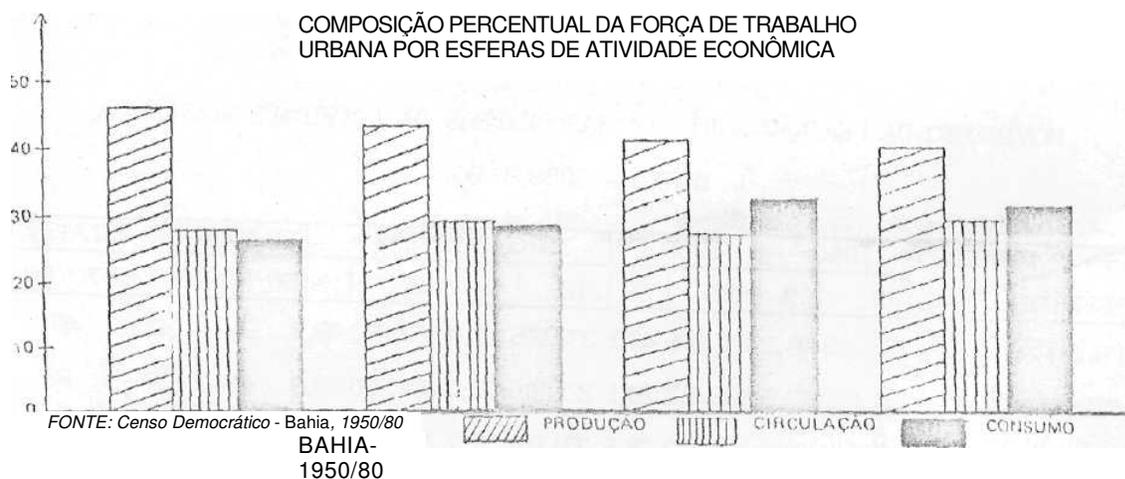
FONTE: Censos Demográficos 1950, 1960, 1970 e 1980 (Bahia). Retabulação Projeto CRH/FINEP. (1) Incremento

$$\text{Relativo} = \frac{T1 - T_0}{T_0} \cdot 100$$

tempo para o qual se calculará o incremento. T₀ = limite inferior do intervalo de mesmo intervalo de tempo. T₁ = limite superior do

Em primeiro lugar, verifica-se uma queda (embora em progressiva desaceleração) dos ocupados na esfera da produção face ao crescimento total da força de trabalho urbana (PEA não-agrícola). Talvez seja esta a única tendência persis-

tente, ao longo das décadas analisadas, no que se refere ao peso relativo diferencial das três esferas na composição da ocupação. As mudanças nos seus ritmos de crescimento permitem compreender melhor este realinhamento que vemos muito claramente através do Quadro 2 e do Gráfico I. Ao longo do período, embora a ocupação na esfera da produção tenha experimentado significativos e ascendentes ritmos de crescimento, seus valores *sempre estiveram abaixo* do ritmo em que se incrementava, em média, o total do emprego não-agrícola; daí porque cai o seu peso relativo no total deste movimento.



Em segundo lugar é igualmente interessante observar que os anos 50 constituíram o momento em que foi maior esta defasagem. Desde então, ainda que o seu ritmo de incremento tenha sido inferior à média, a diferença tendeu a se reduzir progressivamente. Assim, se nos anos 50 o ritmo de incremento médio do emprego na produção não-agrícola equivaleu a 74% do ritmo de incremento do emprego **não-agrícola** total, nos anos 60 esta relação de equivalência se eleva para 86%, e logo para 94%, na década de 70. Ou seja, a cada nova década o padrão de crescimento do emprego na produção mais se aproxima

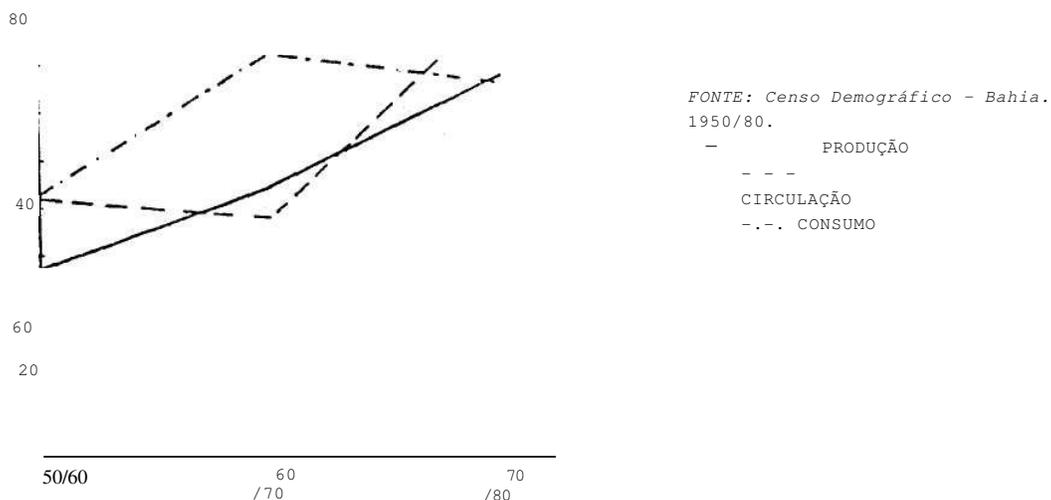
va do padrão de crescimento do emprego urbano total, razão pela qual a sua perda de importância relativa, ainda que contínua, vai se tornando progressivamente menor.

Uma terceira ordem de realinhamento diz respeito ao movimento do emprego na circulação e no consumo. Se a análise dos seus pesos relativos no total da ocupação não-agrícola parecia sugerir uma estabilidade por demais surpreendente, o estudo dos seus ritmos de crescimento diferenciados por décadas indica que não é tão estável o movimento do emprego nestas esferas. Ao contrário da produção (com seu constante incremento no ritmo de incorporação de trabalhadores), a *circulação e o consumo expressam taxas decenais bastante variáveis*. Na sua variação, elas parecem sugerir ter sido a década de 60 um momento de especial importância no processo de ampliação da ocupação nas atividades de consumo, enquanto que, na década de 70, foi a circulação que expandiu mais celeremente sua capacidade de incorporar mão-de-obra.

Essa dinâmica particular da incorporação da mão-de-obra em cada tipo de atividade torna-se mais clara quando observamos o Gráfico II e acompanhamos a regularidade da expansão do emprego na produção e a sua variação no consumo e na circulação.

GRÁFICO II

A DINÂMICA DECENAL DE CRESCIMENTO DA OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO URBANA NAS ESFERAS DA ATIVIDADE BAHIA-1950/80



A regularidade do crescimento da produção, ainda que a índices inferiores da população empregada, configura, como se verificou, uma dinâmica bastante diferenciada da circulação e do consumo. Para a circulação, o momento de intensa expansão na última década é precedido de leve declínio entre 1960 e 1970 e em relação ao consumo, os anos sessenta correspondem a uma intensa expansão dessas atividades, seguindo-se um leve declínio entre 1970 e 1980. Assim, o movimento na última década indica uma elevação dos índices de incremento do emprego não-agrícola na produção e na circulação, o que não parece se configurar no caso das atividades de consumo.

Estes diversos movimentos se manifestam de forma aguda quando observamos um primeiro determinante da divisão social do trabalho: a composição por sexo dos trabalhadores ocupados fora das atividades primárias. Verificamos no Quadro 3 que homens e mulheres têm padrões claramente diferenciados de distribuição segundo as esferas em que organizamos os vários tipos de atividade econômica.

QUADRO 3

COMPOSIÇÃO DA PEA NÃO-AGRÍCOLA SEGUNDO SEXO E ESFERAS DE ATIVIDADE ECONÔMICA - BAHIA 1950/1980

SEXO E ESFERAS	1950		1960		1970		1980	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
MULHERES	115.825	100	191.555	100	259.727	100	445.369	100
. Produção	51.360	44,3	88.524	46,2	73.668	28,4	73.967	16,6
. Circulação	7.606	6,6	14.314	7,5	25.378	9,8	91.279	20,5
. Consumo	56.859	49,1	88.717	46,3	160.683	61,8	280.123	62,9
HOMENS	288.425	100	354.446	100	559.693	100	953.927	100
. Produção	135.093	46,8	146.992	41,5	264.258	47,3	488.923	51,3
. Circulação	103.987	36,1	144.598	40,8	196.137	35,0	313.019	32,8
. Consumo	49.345	17,1	62.856	17,7	99.298	17,7	151.985	15,9
TOTAL	404.250	-	546.001	-	819.422	-	1.399.296	-

FONTE INICIAL: Censos Demográficos 1950, 1960, 1970 e 1980 (Bahia)

RETABULAÇÃO : Projeto CRH/FINEP

Inicialmente, se comparamos o total de mulheres e a PEA não-agrícola total, ano a ano, verificamos que entre 1950 e 1960 a mulher parece ampliar sensivelmente seu espaço no mercado de trabalho estadual. Assim, se em 50 constituía 2.9% da PEA não-agrícola, em 60 alcança a casa dos 35%, estabilizando-se em 32% em 1970 e 1980. Esse crescimento, no entanto, é acompanhado por uma redistribuição da força de trabalho feminina entre as esferas de atividade.

Observando-se a composição do emprego feminino, tal como se registra no Quadro 3, verificamos a radical perda de importância da produção na geração de emprego para mulheres (44% no início do período contra 17% no seu final). Por outro lado, é notável a ampliação do peso das atividades de consumo, particularmente na passagem de 60 para 70, e de circulação, de 70 para 80. *Desta sorte, o padrão de composição com que iniciamos o processo em 1950 (igual e relevante participação da produção e do consumo no emprego de mulheres) parece claramente negado em 1980.*(peso absolutamente avantajado das atividades de consumo, contra participação secundária tanto nas atividades de produção quanto na circulação).

Este reordenamento é tão profundo que em alguns momentos chega a importar em redução *absoluta* do emprego feminino na produção entre um decénio e outro. Isto se expressa muito claramente quando visualizamos o Quadro 4, que registra significativa perda de posição feminina nas ocupações ligadas à produção. O ritmo de crescimento passa de 72% entre 1950 e 1960 para -17% na década seguinte e se mantém praticamente *estacionário* (crescimento zero) nos anos 70. Com isto o número absoluto de mulheres empregadas na produção em 1980 chega a ser *inferior* ao existente 20 anos antes, em 1960.

A par disto, é notável a invasão feminina nas atividades de circulação e consumo. Nas duas últimas décadas, o

ritmo de incremento da participação destas atividades no emprego feminino revela-se sempre maior que o ritmo de crescimento tanto do emprego de mulheres em geral quanto, em média, de toda a PEA não-agrícola.

Para uma nítida apreensão da radicalidade destas transformações na distribuição do emprego de mulheres, basta voltarmos a fixar a atenção na parte inferior do Quadro 3, correspondente à composição do emprego de trabalhadores do *sexo* masculino. Em suas grandes linhas, mantém-se o padrão de contribuição das esferas de atividade: ainda quando elas alteram o seu peso relativo, mantém constante a ordem de importância em que contribuem para a ocupação da mão-de-obra masculina.

Entre os homens, a alteração de maior significado (mas que mesmo assim não parece reverter o padrão da composição do emprego) talvez seja a sensível ampliação, a partir dos anos 60, da sua ocupação nas atividades de produção. Isto transparece mais claramente no Quadro 4, onde vemos que a produção se afigura menos relevante na composição do emprego feminino e progressivamente cresce sua importância na composição do emprego do sexo oposto. Enquanto as mulheres ocupadas na produção têm ritmo de incremento negativo nos anos 60 e quase nulo nos anos 70, os homens ocupados nesta esfera quase dobram seus efetivos em cada uma destas décadas (crescendo a um ritmo de 80% em cada).

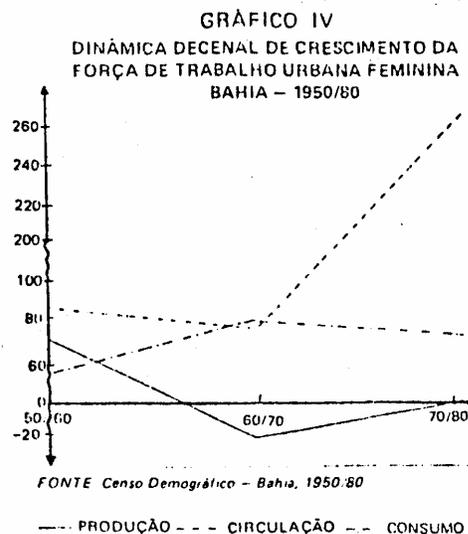
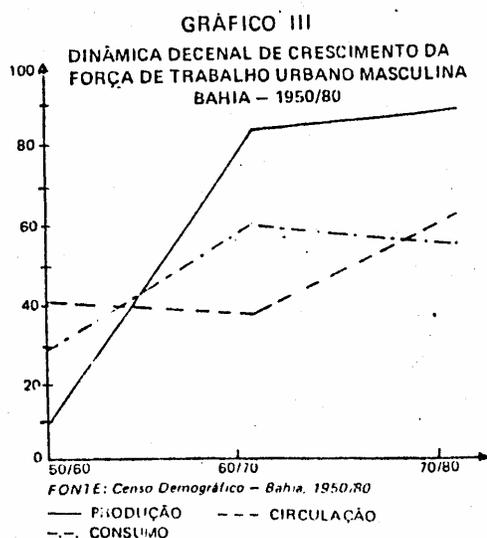
QUADRO 4

INCREMENTO RELATIVO DA PEA NÃO-AGRÍCOLA SEGUNDO SEXO E ESFERAS
DE ATIVIDADE ECONÔMICA - BAHIA 1950/1980

SEXO E ESFERAS	PERÍODOS		
	1950/1960	1960/1970	1970/1980
MULHERES	65	36	71
. Produção	72	-17	0,4
. Circulação	88	77	260
. Consumo	56	81	74
HOMENS	22	58	70
. Produção	9	80	85
. Circulação	39	36	60
. Consumo	27	58	53

FONTE INICIAL: Censos Demográficos 1950, 1960, 1970 e 1980 (Bahia)
RETABULAÇÃO : Projeto CRH/FINEP

Os Gráficos III e IV indicam com clareza esses diferentes movimentos de incorporação de homens e mulheres entre as esferas de atividade. A maior semelhança que se pode observar entre as curvas dos Gráficos II e III na circulação e no consumo deve-se provavelmente à antecedência e maior permanência masculina na população economicamente ativa. Em contraste, nota-se a grande variação na inserção feminina (de resto, confirmada no Gráfico IV) principalmente no caso da produção, mas também na circulação, já que a sua participação nas atividades de consumo foi marcada por uma tendência estável desde 1950.



Os movimentos de incorporação da força de trabalho parecem indicar, portanto, uma tendência a especializar a incorporação masculina nas atividades de produção e a feminina nas atividades de consumo, crescendo intensamente a participação das mulheres também na circulação. Qualificado desse modo, o enorme crescimento do emprego de mulheres implicou, como vimos, em profunda alteração dos padrões anteriores de incorporação da força de trabalho urbana.

A diferenciação entre as atividades econômicas e a correspondente incorporação dos sexos configuram novos padrões de exploração marcados pelo baixo valor da força de trabalho feminina e por sua submissão a condições de exploração mais intensas. A ampla disponibilidade de força de trabalho, o empobrecimento acentuado da população e a criação de um contexto de superexploração têm sido indicados, portanto, como fatores fundamentais na utilização mais extensiva dos contingentes femininos, principalmente em regiões periféricas, onde o processo de industrialização parece acentuar a desqualificação da força de trabalho como um todo. (SAFA, 1981 e SAFA, s/d).

A existência no Brasil de tendências ocupacionais diferenciadas segundo o sexo tem sido analisada em extensa e importante literatura. Esta tem acentuado as formas de inserção na atividade econômica e as diferenças que socialmente se constituem a partir de padrões culturais que marcam a "adequação" dos sexos à atividade ocupacional, isto é, aos diferentes tipos de trabalho concreto. No caso da mulher, são claras as interpenetrações entre os seus papéis de produtora e de reprodutora, que terminam historicamente por estigmatizar, no universo das formas de atividade, um subconjunto de ocupações ditas "femininas"¹¹. (PENA, 1980 e 1981; BLAY, 1978; SINGER e MADEIRA, 1975; SAFFIOTI, 1976; SAFA, 1980; ABREU, 1986; RODRIGUES, 1978).

Esta estigmatização não se reflete apenas no padrão de divisão sexual do trabalho que descrevemos como vigente nos anos 50. Ao contrário, ela marca as tendências da participação dos sexos mesmo nas *novas* oportunidades ocupacionais criadas entre 1950 e 1980 em cada uma das esferas de atividade. É o que revela o Quadro 5.

QUADRO 5

PARTICIPAÇÃO DOS SEXOS NAS NOVAS OPORTUNIDADES OCUPACIONAIS
BAHIA - 1950/1980

ANOS	1 9 5 0	1 9 8 0	1980-1950
SEXO E ESFERA	(a)	(b)	(b-a)
MULHERES	115.825	445.369	329.544
. Produção	51.360	73.967	22.607
. Circulação	7.606	91.279	83.673
. Consumo	56.859	280.123	223.264
HOMENS	288.425	953.927	665.502
. Produção	135.093	488.923	353.830
. Circulação	103.987	313.019	210.032
. Consumo	49.345	151.985	102.640
TOTAL	404.250	1.399.246	995.046

FONTE INICIAL: Censos Demográficos, Bahia 1950 e 1980

RETABULAÇÃO : Projeto CRH/FINEP

Nele podemos ver que do total de 995.046 novos ocupados 33,1% foram mulheres, correspondendo, em valores absolutos, à metade do número de homens. No caso do contingente feminino, a esfera do consumo contribuiu com 67,7% do total desses novos ocupados; já entre os homens, coube à esfera da produção absorver a maior parte deles, contribuindo com 53,2% das novas oportunidades ocupacionais abertas entre 1950 e 1980.

Estas tendências ficam ainda mais claras quando inquiremos sobre a divisão sexual do trabalho no interior de cada esfera, verificando em cada uma destas o peso relativo de homens e mulheres.

QUADRO 6

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO INTERIOR DAS ESFERAS DA ATIVIDADE
ECONÔMICA NÃO-AGRÍCOLA - BAHIA 1950/1980 (EM %)

ESFERAS E SEXOS	ANOS	1950	1960	1970	1980
PRODUÇÃO		100	100	100	100
. Homens		88,7	80,6	84,5	85,0
. Mulheres		11,3	19,4	15,5	15,0
CIRCULAÇÃO		100	100	100	100
. Homens		93,2	91,0	88,5	77,4
. Mulheres		6,8	9,0	11,5	22,6
CONSUMO		100	100	100	100
. Homens		46,5	41,5	38,2	35,2
. Mulheres		53,5	58,5	61,8	64,8

FONTE INICIAL: Censos Demográficos da Bahia - 1950, 1960, 1970 e 1980.

RETABULAÇÃO : Projeto CRH/FINEP

Historicamente a produção parece ser, na Bahia, o único âmbito seguro de predomínio masculino. Ela é constituída por um percentual de homens nunca menor que 80%; mesmo em 1960, quando foi maior o peso da ocupação de mulheres nas atividades de produção, os homens perfaziam 80% dos trabalhadores nestas atividades. Isto se verifica apesar de havermos incorporado a reparação como uma sub-esfera da produção e, nesse sentido, computado como atividade de produção a reprodução de meios de consumo (inclusive a confecção, conservação e conserto de artigos do vestuário) que reúne funções de amplo domínio das mulheres.

A análise do movimento da ocupação masculina e feminina nas atividades de transformação e de reparação ilustra, de maneira particularmente convincente, a evolução do padrão da divisão sexual do trabalho na produção não-agrícola.

No Quadro 7, vemos muito claramente que é na reparação dos meios de consumo onde historicamente o peso da ocupação feminina na produção tem sido maior. Entretanto, o avan

ço capitalista elevou a produtividade e integrou o mercado consumidor em escala nacional, reduzindo o valor relativo de muitas mercadorias que se constituem em meios de consumo e tornando relativamente mais elevado para o consumidor o custo da sua reprodução. Com isto, contraem-se marcadamente após os anos 70 as oportunidades ocupacionais em sub-esferas "femininas" como a da "confeccção, conservação e reparação de artigos do vestuário", na qual deve ter sido marcante a transformação dos processos de trabalho e a substituição da confeccção manufatureira pela confeccção fabril.

QUADRO 7

MOVIMENTO DA OCUPAÇÃO MASCULINA E FEMININA NAS ATIVIDADES DE TRANSFORMAÇÃO E REPARAÇÃO - BAHIA 1950/1980

ANOS E SEXOS		1 9 5 0		1 9 6 0		1 9 7 0		1 9 8 0	
		H	M	H	M	H	M	H	M
SUB-ESFERAS	TRANSFORMAÇÃO	ABS 50.071	20.066	51.149	23.691	85.249	18.291	173.596	38.987
		(%) (71)	(29)	(68)	(32)	(82)	(18)	(82)	(18)
REPARAÇÃO DOS MEIOS DE CON SUMO()	ABS	17.292	30.485	18.171	63.341	10.094	53.381	5.989	23.348
	(%)	(36)	(64)	(22)	(78)	(16)	(84)	(2)	(80)

FONTE INICIAL: Censos Demográficos da Bahia, 1950, 1960, 1970 e 1980.

RETABULAÇÃO : Projeto CRH/FINEP

() - Equivale às atividades de manutenção e confeccção de artigos do vestuário.

Conquanto esta concentração das oportunidades ocupacionais se verifique concomitantemente à expansão (70/80) do emprego nas atividades de transformação, é sem dúvida o contingente *masculino* aquele que mais aproveita esta notável expansão. Desta sorte, se em 1950 haviam dois homens para cada mulher ocupada na transformação, desde 1970 esta relação passa a quase *cinco* para uma.

Que aconteceu à indústria de transformação no Estado da Bahia? Como mudaram os seus processos de trabalho, as suas formas de trabalho concreto, de forma a que a força de trabalho masculina se consolidasse em especial entre 1970 e 1980 como nitidamente preferencial? O exemplo da indústria têxtil, responsável sozinha por *metade* dos postos femininos de trabalho existentes na indústria baiana em 1950 (conforme Censos Industriais), ilustra quão profundas foram essas mudanças qualitativas: eleva-se a composição orgânica do capital, o que influi de imediato sobre a composição da força de trabalho, aumentando o peso do pessoal não-ligado à produção frente ao que nela opera; assim, se em 1950 a relação entre estes era de 1 para 2.4, em 1960 - dez anos depois - torna-se de 1 para apenas 5.

Por outro lado, a elevação da produtividade industrial não somente reduz relativamente o número de trabalhadores na linha de produção, mas produz, simultaneamente, uma acentuada *substituição de mulheres por homens*. A nova qualidade do processo de trabalho parece outra vez requerer a existência de homens na operação e supervisão de equipamentos de natureza diferenciada e em escala distinta. Assim, se em 1950 67% dos trabalhadores da produção eram do sexo feminino, em 1970 são os *homens* que passam a perfazer 60% dos mestres, contramestres e operários.

Ê este o processo que explica porque, entre 60 e 70, se expressa, um claro movimento descendente da ocupação feminina nas atividades urbanas de transformação, particularmente agudo na produção têxtil, onde o contingente feminino se reduz em 2/3 no período. E isto ocorre exatamente naquele ramo que, em 1960, era maior fonte de absorção de mulheres na indústria de transformação.

Já no âmbito da circulação, tudo leva a crer na tendência a se ampliar a participação feminina. Embora em 1980

ainda sejam os homens amplamente majoritários, a participação feminina na esfera da circulação tenha crescido notavelmente, dobrando entre 1960 e 1970 e novamente entre 1970 a 1980. Neste último ano o contingente de mulheres alcança quase um quarto dos ocupados, ao contrário de 30 anos antes, quando os homens eram a quase totalidade, ou seja, 93% dos trabalhadores.

Entre as atividades dessa esfera, a participação feminina tem sido maior no comércio de mercadorias, chegando a corresponder à metade do número de empregados, notadamente no comércio de armarinhos e vestuário. A expansão das atividades no comércio de imóveis e nas finanças esteve na raiz do crescimento do emprego feminino na década 60/70, enquanto na década 70/80, o intenso crescimento da atividade feminina nas finanças, onde chegam a representar 29,6% dos empregados, foi superado pelos serviços ao produtor, que em seu avanço absorveram especialmente as mulheres.

No consumo, consolidou-se o predomínio feminino, que desponta ligeiramente pronunciado em 1950, e chega a constituir 65% do contingente ocupado em 1980. Entretanto, é interessante destacar que somente investigando o interior das esferas podemos ter um quadro mais claro das diferenças de participação dos sexos. Assim, por exemplo, a inquestionável maioria feminina na esfera do consumo, que parece constituída desde 1950, assume outra feição quando a observamos mais detidamente.

O ligeiro predomínio feminino de 1950 significava, de fato, o maciço controle *masculino* das ocupações ligadas ao consumo coletivo contra o igualmente maciço controle *feminino* das ocupações ligadas ao consumo individual. Nelas, a mulher reproduzia na atividade econômica, e com a mais meridiana clareza, os tradicionais papéis femininos: o cuidado com a alimentação e alojamento (como garçonetes, copeiras, faxinei-

ras) a higiene pessoal (como cabeleleiras ou manicures) e, sobretudo, o serviço doméstico remunerado.

Nos anos censitários subsequentes, sem perder o absoluto predomínio nestas tarefas, a mulher amplia seu raio de ação para o interior das atividades do consumo coletivo, mas naquelas tarefas culturalmente "adequadas" a seus convencionados papéis, sexuais - no cuidado com a saúde, como enfermeiras, médicas, atendentes, ou nas tarefas de socialização, como professoras agora já não mais no âmbito doméstico e dirigida aos filhos, mas na escola e orientada aos alunos.

Através, do exemplo da ocupação na esfera do consumo observamos como o continuado predomínio feminino, que os dados da esfera como um todo indicavam ao longo do período, escondia outras dimensões da realidade: no caso, escondia a extrema heterogeneidade na participação dos sexos no interior da esfera, bem como a mudança na distribuição das alternativas ocupacionais. Essa mudança longe de ser um simples movimento tipo "soma zero" (na forma do "se crescem as mulheres é porque decrescem os homens"), mais parece refletir um incessante acomodar e reacomodar entre âmbitos ocupacionais que não são constantes em suas dimensões (razão da inaplicabilidade dos raciocínios tipo soma zero), vez que o avanço capita lista redefine os espaços de absorção dos trabalhadores tanto do sexo masculino, quanto do feminino.

Este conjunto de profundas mudanças na distribuição das alternativas ocupacionais, tal como vimos demonstrando, expressa com clareza uma participação bastante diferenciada dos sexos nas esferas de atividade. Relacionando esse processo com a redivisão de trabalho no Brasil, SINGER e MADEIRA (1975) consideram a irregularidade da incorporação de mulheres nas atividades produtivas a partir de etapas que acentuam um movimento de transferência de trabalhadores do setor secundária para o setor serviços.

Um primeiro movimento de intensa incorporação da mão-de-obra feminina no país, ocorreu entre 1920 e 1940, com a abertura da industrialização e uma grande participação das atividades manufatureiras de âmbito doméstico. O declínio do emprego feminino verificado entre 1940-50 é atribuído à desativação da manufatura, embora nesse período também se tenha registrado um declínio da participação de mulheres nas atividades agrícolas, cujo peso, associado à manufatura, refletiu-se em índices negativos de participação feminina na população economicamente ativa no período.

SINGER e MADEIRA explicam a desativação da manufatura a partir da composição do setor secundário, onde as atividades de reparação - confecção do vestuário ocupavam 55% do total de mulheres nesse setor. Por sua vez, a transformação, que ocupava 19,4% das mulheres no secundário, modifica-se a partir de 1950, quando se verifica uma redução drástica do volume de emprego no ramo têxtil, que respondia por grande parte das mulheres ocupadas na transformação. Desse modo, a partir desse período, o crescimento do emprego no setor secundário passa a incorporar intensamente mão-de-obra masculina e muito lentamente a mão-de-obra feminina (apenas 27% dos ocupados no setor secundário entre 1960 e 1970 são mulheres).

Como vimos, esse movimento foi mais tardio na Bahia, localizando-se a desativação das atividades manufatureiras na reparação - confecção do vestuário a partir de 1970, e as transformações na indústria têxtil a partir de 1960. Assim, o declínio relativo do emprego feminino na produção e a sua "incorporação intensa no setor serviços, significam o ingresso numa segunda fase que para SINGER e MADEIRA (1975) qualifica a evolução do nível de participação da mulher na força de trabalho.

Ao mesmo tempo esses movimentos refletem a dinâmi-

ca própria das atividades de cada esfera, de modo que a incorporação dos trabalhadores segundo sexo, expressa características do consumo da força de trabalho que relacionam-se aos processos de trabalho manifestos nos requisitos de adequação e qualificação dos trabalhadores.

Assim, é importante lembrar que outros determinantes se agregam aos movimentos do emprego no Brasil, de modo que o momento inicial da incorporação de mulheres à força de trabalho teria precedido o período de 1920-40, e o crescimento desse período não se limitaria à expansão da manufatura, mas "à escassez de mão-de-obra que o capital enfrentava e à forma de organização do trabalho fabril" (PENA, 1981). É possível interpretar desse modo o problema da distribuição das alternativas ocupacionais segundo as condições específicas de uso da força de trabalho que em geral atendem a requisitos dos processos de trabalho.

Para um melhor entendimento da construção dessas alternativas a luz das condições do desenvolvimento regional, podem ser agregadas informações sobre as mudanças na estrutura produtiva de Salvador - locus por excelência das principais atividades urbanas do Estado - de modo a esclarecer o peso diferenciado dos tipos de atividade e a dinâmica da incorporação da mão-de-obra feminina.

Na condição de capital colonial, ter-se-ia desenvolvido em Salvador uma estrutura social e cultural com ampla participação do setor público, da educação e de atividades culturais que parecem ter tido aqui um peso maior que em outras regiões (JELIN, 1974; FARIA, 1976).

A insuficiência da renda gerada com a economia agrário-exportadora limitava a diversificação de atividades econômicas. O crescimento da cidade em torno do comércio e ser-

ços atendia a dois tipos de demanda: a importação de artigos de luxo para as necessidades de consumo das camadas dominantes, a produção artesanal relativamente intensa voltada para o consumo das camadas de baixa renda, e a produção doméstica de subsistência também voltada para essas camadas.

A heterogeneidade dos serviços pessoais dependia, portanto, da abundância de mão-de-obra e do seu desenvolvimento no âmbito da economia doméstica. A facilidade e o baixo custo desses serviços exerceram, assim, um papel importante no nível e nas condições de participação das mulheres no mercado de trabalho urbano, tanto no sentido das oportunidades oferecidas, como da possibilidade de liberação para atividades remuneradas, pelo fácil acesso às empregadas domésticas.

Estima-se que no início dos anos 70, em Salvador 53,9 do total de mulheres em idade ativa encontravam-se na economia doméstica não remunerada, 16,8% no serviço doméstico remunerado e 39,6% na produção simples de mercadorias (JELIN, 1974-A). Uma série de atividades exercidas em tempo parcial ou que podem ser intensificadas em função das necessidades do orçamento familiar estão aí agrupadas de modo que a diversificação dos serviços e sua capacidade de incorporar mão-de-obra constituem, portanto, a sua marca, enquanto permanecem no âmbito não-capitalista.

Por outro lado, a modernização dos serviços, ou da esfera do consumo, criando um mercado consumidor de serviços capitalizados acarreta uma mudança em sua forma de produção. Com isto, a esfera do consumo, que tradicionalmente enquadra a grande parte das atividades ligadas à produção doméstica e produção simples de mercadorias, passa a manifestar, nas duas últimas décadas, o desenvolvimento de relações assalariadas em boa parte dessas atividades. Esse parece ser o caso da criação recente de uma rede de hotéis, restaurantes, e salões de

beleza que empregam predominantemente mulheres. Neste quadro compreende-se o intenso crescimento do emprego feminino nas atividades de consumo, expressando-se, como vimos, em 67% das oportunidades ocupacionais para mulheres, no período de 1950-1980. Compreende-se, também, a desaceleração havida no emprego doméstico, provavelmente em decorrência das novas oportunidades de trabalho oferecidas»

Finalmente, verificamos intensas modificações nos serviços de consumo coletivo, notadamente a administração pública, o ensino público e privado, os serviços de lazer e as profissões liberais que se tornaram, nos três primeiros casos, quase predominantemente femininas. Estas transformações parecem apontar a emergência de novos padrões da participação dos sexos na atividade econômica, estritamente articulados às tendências recentes da divisão social e inter-regional do trabalho.

Todas essas mudanças sugerem que o intenso movimento de homens e mulheres entre esferas da atividade econômica reflete a complexa mobilidade ocupacional de indivíduos segundo sua condição de gênero (masculino ou feminino); mas reflete também, a um só tempo, a dinâmica (re)inserção estrutural de grupos e classes sociais»

A participação ocupacional da força de trabalho feminina é disto um claro exemplo. Quando afirmamos que nos anos 60 as mulheres cedem significativos espaços na esfera da produção, particularmente na produção têxtil, sua maior fonte absorvedora, onde o contingente feminino se reduz em 2/3 numa só década, não estamos falando de mulheres em geral, inespecíficas par sua inserção social; trata-se da dinâmica ocupacional da mulher assalariada, operária.

Se este movimento convive, nesta mesma década de 60, com o significativo avanço feminino nas atividades de con-

suma e circulação, e se, nesta última esfera, registramos uma notável invasão, feminina na década seguinte (dos setenta) outra vez se faz. necessário avançar na pesquisa, qualificando melhor estas mulheres que, ao longo das décadas, entram e saem das diversas esferas econômicas. Vale dizer, qual a sua origem de classe e como este ponto de partida pode determinar possibilidades diferenciadas em termos dos pontos de chegada na mobilidade da força de trabalho feminina, não somente entre esferas de atividade econômica mas, nestas, entre diferentes modalidades ou relação sociais de trabalho.

Assim, pode refluir o emprego assalariado da operária têxtil ligada diretamente à produção e ampliar-se o espaço do trabalho, ainda fabril, mas não diretamente produtivo; ou, por outra, pode-se ampliar o viveiro de reserva desta força de trabalho existente na produção doméstica de valores de uso, ou mesmo na produção doméstica de mercadorias.

Este é um movimento ocupacional de mulheres? É certo que sim; mas mulheres com uma especial assignação de classe. Provavelmente bastante diferenciadas, no trabalho, da mulher de classe média, que emerge no mercado com a capitalização dos serviços e ampliação das oportunidades de trabalho no moderno consumo coletivo (enfermeiras, médicas, professoras), ou nas formas da circulação mercantil organizada sob o capital (banco e outros serviços de intermediação financeira, por exemplo), ou ainda como empregadora, nos múltiplos estabelecimentos de pequeno porte que marcam, no terciário urbano, a proliferação das pequenas empresas de prestação de serviços, ou de comercialização de mercadorias, comandadas, em grande parte, por mulheres (salões de beleza, lojas e boutiques, etc.).

Os dados que apresentamos neste trabalho apenas permitem leves sugestões a respeito destes complexos preces-

sos. Para uma aproximação mais cuidadosa a esta questão devemos avançar no uso da informação empírica que retrata a dinâmica de divisão social do trabalho segundo sexos e segundo relações sociais de trabalho. A simples referência a atividade ocupacional sugere, mas não explicita, estes determinantes. Fazê-lo requer, com os Censos, avançar na análise dos dados relativos à estrutura ocupacional e à teia das posições (sociais) na ocupação.

Este será um próximo passo, num seguinte texto, em que nos esforçaremos por entender não só o que a baiana faz mas como o fazem diferentes baianas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS;

ABREU, Alice Rangel R. 1986. *O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção*. S. Paulo, HUCITEC.

BLAY, Eva. 1978. *Trabalho domesticado; a mulher na indústria paulista*. S. Paulo, Ática.

BRASIL. IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Censos, Demográficos da Bahia, 1950, 1960, 1970 e 1980*.

- *Censos Industriais da Bahia, 1950, 1960, 1970 e 1975*.

CASTRO, Nadya e FRANCO, Tânia. 1984. "Notas sobre um delineamento teórico-metodológico para o estudo do emprego na Bahia a partir dos levantamentos unitários (1950-1980)", Projeto CRH/FINEP, *Documento Interno de Trabalho*, nº 8, Salvador, CRH, mimeo.

CASTRO, Nadya e GUIMARÃES, Iracema. 1986. "*Mudanças na divisão social do trabalho e estrutura do emprego no Estado da Bahia - 1980*" (relatório final), Salvador, CRH/FINEP, 3 vols., mimeo.

FARIA, Vilmar. 1976.. *Occupational marginality, employment and poverty in urban Brazil*, Cambridge, Harvard University (PhD dissertatlon),

JELIN, Elizabeth. 197 4. "*Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional*", *Estudos Cebrap*, nº 09, jul. pp. 51.-78

JELIN, Elizabeth. 1974-A. "La bahiana en la fuerza de trabajo: actividad doméstica, producción simple y trabajo asalariado en Salvador, Brasil", jan., mimeo.

MERRICK, F. e GRAHAM, D, 1981. *População e desenvolvimento econômico no Brasil*, Rio, Zahar, cap. 7.

MUÑOZ., H. ; OLIVEIRA, O. e STERN, C. 197.7. *Migración y desigualdad social en la Ciudad de México*, México El Colegio de México.

OLIVEIRA, Francisco de, . s/d. "O terciário e a divisão social do trabalho", *Estudas CEBRAP*, 2 4, Rio, Ed. Vozes.

PENA, Maria Valéria., 1980. "A mulher na força de trabalho", *BIB*, nº 9, Rio, ANPOCS.

_____. 1981. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio, Paz e Terra.

RODRIGUES, Arakcy M.t 1978. *Operária*, S. Paulo, Símbolo.

SAFA, Helen; 1981. "Runaway shops and female employment: the search for cheap labour" in| *Sings: Jornal of womem in culture and society*, Winter.

_____ ; 1980, "Produation and reproduction in industrial capitalism: a comparison of Brazilian and U.S. Factory", mimeo.

SAFFIOTI, H., 1976. *A mulher na sociedade de classes*, Petrópolis, Vozes.

SINGER, P. , 1971. *Força de trabalho e emprego no Brasil*, ,.Caderno CEBRAP, S. Paulo, CEBRAP.

SINGER, P., 1977. *"Emprego, produção e reprodução da força de trabalho"* CEBRAP, mimeo.

, s/d. *"A economia dos serviços"* Estudos CEBRAP,

24, Rio, Vozes.

_____, 1981. *Dominação e desigualdade* Rio, Paz e Terra.

SINGER, P. e MADEIRA, F. , 1975. *Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920/1970*, Caderno CEBRAP, n° 13, S. Paulo, CEBRAP.